

Sobra pouco tempo para evitar o caos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Saber que números vão dar na loteria constituinte, ninguém sabe. Mas, se porventura der parlamentarismo com eleições presidenciais diretas no ano que vem, será bom que cada um se acautele. Que compre capa, galochas e guarda-chuva. Estaremos, então, no limiar do caos. Porque diante do desgaste do atual governo, com ou sem condenações ao presidente José Sarney, todas as esperanças se voltarão para a eleição de seu sucessor. Coisa simplista, falha e falsa, aliás, mas profundamente óbvia por conta de nossa tradição histórica e da conjuntura presente. As esperanças estarão voltadas para quem prometer mais. Ou para quem mais criticar. Só que este novo presidente a ser eleito com 40 milhões de votos, no mínimo, chegará ao Palácio do Planalto sob um de dois péssimos designs: ter de lutar para a desmoralização e a revogação imediata do parlamentarismo, que o estará impedindo de cumprir as promessas de palanque. Ou, no reverso da medalha, acomodar-se às novas regras que o terão transformado na rainha da Inglaterra, com o poder sendo exercido pela Câmara dos Deputados, debaixo da mais sagrada ira popular.

Em qualquer dos casos, a previsão é catastrófica, chame-se Aureliano, Leonel, Antônio Ermírio, Mário Covas, Luiz Inácio ou Ulysses, o novo presidente não terá como desatar o nó sendo usando a espada à maneira de Alexandre. Pior será se a espada movimentar-se, sem ele, na direção do nó.

Ainda há tempo para evitar o pior. Ou a Assembleia Nacional Constituinte adota o parlamentarismo clássico, incompatível com eleições presidenciais diretas e tudo o que elas representam, ou acomoda-se com a definição de um presidencialismo moderno, no qual o Congresso atue pleno de poderes, mas com a chefia do governo centralizada em mãos de quem tiver sido eleito. Prevendo-se que a decisão de deputados e senadores seja mesmo pela realização de eleições presidenciais em 1988, não há como aceitar o parlamentarismo híbrido e distorcido que deve ser aprovado pela Comissão de Sistematização.

Coragem suas excelências não têm, em se tratando da adoção do parlamentarismo clássico, no qual o presidente da República, mero chefe de Estado, é eleito pelo Legislativo e nenhuma responsabilidade possui com as tarefas de governo. Seria o mesmo que virar uma bofetada na opinião pública. Por motivos culturais, históricos e políticos, ela está mais do que nunca seduzida de eleger o seu presidente da República. Mas desfaçatez e falta de pudor sobram em consideráveis grupos constituintes para, junto com as eleições presidenciais diretas, estarem estabelecendo um sistema parlamentarista, no qual também não há o voto distrital e, pior ainda, reduzem-se a zero as hipóteses de a Câmara ser dissolvida. Em uma palavra, até agora, a Assembleia Nacional Constituinte tem demonstrado querer as vantagens do parlamentarismo, começando pelo exercício do poder,

ainda que afastando todos os seus ônus.

Considerando-se que o sucessor de Sarney, eleito no ano que vem, qualquer que seja ele, não se conformará em frustrar a Nação, a consequência é simples: assumirá com um objetivo maior, o de desmoralizar e revogar o parlamentarismo no mais breve espaço de tempo possível. Imagina-se o que advirá então.

Trata-se de um vídeo-teipe, agora colorido, da tragédia a que se assistiu em preto e branco no início da década de 60. Porque João Goulart se empossou dentro de um sistema parlamentar, adotado poucas madrugadas antes, num verdadeiro golpe do Congresso contra as instituições então vigentes. Fora eleito vice-presidente no sistema presidencialista. Não deu outra: dedicou seu tempo à desmoralização do parlamentarismo e tanto fez que, em janeiro de 1963, obteve a realização do plebiscito. O eleitorado pronunciou-se pela volta ao sistema tradicional e a Nação ficou de tal maneira dividida que o resultado foi o movimento de 64. Sobrevieram, então, 21 anos de ditadura e autoritarismo.

Será isso, no fundo, que desejam senadores e deputados empenhados na adoção do híbrido parlamentarismo com eleições presidenciais diretas?

Acresce que se tivéssemos, no ano que vem, eleições em todos os níveis, ainda seria possível compatibilizar os contrários. Porque um presidente eleito com 40 milhões de votos poderia, durante a campanha, sensibilizar o eleitorado para votar nos seus companheiros, candidatos a deputado e a senador. Nesse caso, a maioria parlamentar seria deile, tornando-se mais fácil a indicação de um primeiro-ministro, integrado em seu pensamento, seu programa e suas metas. Mas, do jeito que está, o mínimo a esperar será a escolha de um presidente da República em confronto com a maioria parlamentar, com a qual precisaria compor-se. Num dos dois extremos, Aureliano Chaves, eleito presidente, como se acertaria com um primeiro-ministro imposto pelo PMDB? Ou Leonel Brizola, Antônio Ermírio de Moraes e outros?

Dentro de alguns dias o plenário da Assembleia Nacional Constituinte começará a votar em definitivo a nova Constituição. Pelas indicações até agora conhecidas, pode dar esse parlamentarismo confuso, tanto quanto pode dar o presidencialismo. Ministros do atual governo, como Prisco Viana, informam sobre a mais recente pesquisa junto aos constituintes, que dá maioria de 47 votos para o sistema presidencial, entre os 559 constituintes. De outro lado, porém, líderes de posições distintas, como José Richa, Egídio Ferreira Lima e Afonso Arinos, só para citar três, dão o parlamentarismo como vitorioso. Menos problemático hoje parece ser o resultado da questão do mandato do presidente Sarney. Sensível maioria pretende encurtá-lo, fixando eleições para o ano que vem, seja o novo sistema de governo parlamentar ou presidencial. Isso significa que há tempo ainda para se evitar o caos. Mas cada vez menos.